

Assine o Boletim do WRM

<http://wrn.us9.list-manage.com/subscribe?u=f91b651f7fecdf835b57dc11d&id=a6356dc0e0>

NOSSA OPINIÃO

Que “direitos” são defendidos pelo Acordo de Paris e por planos com falsas soluções para a crise climática?

Muitas análises já foram feitas sobre o Acordo de Paris e sobre as razões pelas quais ele é um desastre para o clima. Uma das críticas tem sido de que o Acordo não faz referência ao tema fundamental dos direitos humanos. No entanto, é bom ressaltar que, para além do texto em si, o Acordo garante e fortalece direitos, sim, a saber, os das corporações transnacionais e instituições financeiras, que conseguiram garantir seus direitos no Acordo e também através de eventos paralelos. Durante esses eventos, anunciaram planos e financiamentos de falsas soluções para a crise do clima. Objetivo: transformar problemas em oportunidades para o setor privado, como é o caso do mecanismo de [REDD+](#) e novos “ambiciosos” planos de “reflorestamento”, anunciados antes e durante a Conferência em Paris.

Para garantir seus interesses, as grandes corporações e instituições financeiras costumam contar com os governos como verdadeiros defensores de seus direitos. Nada diferente do que ocorre, e de forma bem explícita, nas negociações internacionais de acordos de livre comércio. As grandes empresas de petróleo, por exemplo, devem ter saído contentes de Paris, porque conseguiram, com o Acordo, afirmar seu direito de continuar contribuindo para a crise climática por mais tempo e de forma impune. Ao não citar sequer uma vez as palavras “combustíveis fósseis”, os governos garantiram a essas empresas e seus acionistas o direito de extrair e lucrar com petróleo, gás e carvão mineral por mais tempo.

Não incorporar de forma vinculante no Acordo de Paris a contribuição e a responsabilidade históricas diferenciadas dos países industrializados que mais têm emitido dióxido de carbono (CO₂) é outro elemento que, de forma implícita, reconhece os direitos desses países (de contaminação e exploração de combustíveis fósseis). Mas, sobretudo, reconhece os direitos das grandes empresas de continuar promovendo um modelo de produção e consumo destrutivo com o qual lucram, enquanto os impactos negativos recaem sobre milhões de pessoas, sobretudo nos países do Sul global.

Mas a atuação das grandes corporações e também das instituições financeiras não se resume a exercer influência sobre a conferência oficial e o Acordo. O mecanismo de REDD+, por exemplo, apesar de ser mencionado algumas vezes no texto do Acordo oficial, ganhou mais destaque em eventos e anúncios paralelos patrocinados por governos do Norte. O interesse desses governos é “compensar” suas emissões, enquanto aos governos do Sul interessa o financiamento oferecido. Durante os primeiros dias da Conferência, os governos de Alemanha, Noruega e Reino Unido, e também o Banco Mundial, anunciaram financiamentos que, juntos, somam vários bilhões de dólares para investir ainda mais dinheiro nessa falsa solução para a crise do clima. Além disso, o

Brasil e a União Europeia, em conjunto, introduziram no atual Acordo de Paris as linhas gerais de como poderia funcionar um futuro mercado de créditos de carbono de projetos de REDD+. (1)

Em um evento paralelo chamado de “Fórum Global de Paisagem” [*“Global Landscape Forum”*], organizado pelo instituto internacional de pesquisa florestal CIFOR, foi lançado o chamado “AFR100”, um plano para “recuperar” 100 milhões de hectares de florestas chamadas de “degradadas” ou áreas totalmente desmatadas na África, prometendo gerar emprego e melhorar o bem-estar da população (2). Dez países do continente já se comprometeram a “recuperar” mais de 30 milhões de hectares de terras, sendo que o Banco Mundial financiaria US\$ 1 bilhão e outros US\$ 540 milhões viriam de investidores especializados em negócios “verdes” de países da América do Norte e da Europa.

Sem dúvida, é importante reflorestar áreas atingidas por atividades destrutivas, mas é fundamental discutir como e em benefício de quem isso será feito. Há sérias dúvidas sobre a sinceridade de instituições financeiras como o Banco Mundial e também de fundos de investimentos “verdes”, de olho nas oportunidades do “capitalismo verde” cuja lógica é pôr o lucro acima do bem-estar de comunidades locais.

O Banco Mundial tem no seu currículo a corresponsabilidade pelo fracassado Plano de Ação para as Florestas Tropicais [*Tropical Forestry Action Plan*] (TFAP), lançado nos anos 1980, e que também era voltado ao “reflorestamento”. O TFAP gerou revolta em comunidades de países como a Índia, onde promoveu, sob o lema de “reflorestamento”, plantações de monoculturas de árvores em benefício do setor privado, destruindo ainda mais as florestas. Na atualidade, o Banco Mundial continua sendo um dos principais promotores da expansão das monoculturas de árvores para produção de celulose e outros fins, através do seu braço privado, a Corporação Financeira Internacional (IFC, na sigla em inglês), ao mesmo tempo em que é um dos principais promotores do REDD+. Por exemplo, em Moçambique, a IFC financia a empresa portuguesa Portucel, que está tomando terras agricultáveis de comunidades camponesas para plantar árvores de eucalipto, atentando contra a soberania alimentar das populações.

O envolvimento de investidores “verdes” no Plano “AFR100” também gera sérias dúvidas, pois esses investidores já são bem ativos na África, em atividades chamadas de “reflorestamento”, mas que também promovem plantações de monocultivos de árvores, apenas de olho em negócios como comércio de créditos de carbono e madeira. Uma das principais empresas que investe em plantações para créditos de carbono é a Norueguesa Green Resources, que já foi denunciada em Uganda por ter destruído os meios de sobrevivência das comunidades locais com seus “reflorestamentos” para carbono. (3)

O Plano AFR100 na África se assemelha a outro, lançado em julho de 2015 pela Presidenta Dilma Rousseff, do Brasil, um dos principais países do mundo em termos de florestas tropicais. Em visita oficial aos EUA, ela anunciou a “recuperação” de nada menos do que 12 milhões de hectares de florestas. Aqui também cabe desconfiança, uma vez que se trata de um país com a maior superfície de plantações de monocultura de eucalipto nos países do Sul global para produção de celulose de exportação, com participação de corporações transnacionais, como a sueco-finlandesa Stora Enso, e, cada vez mais, fundos de investimento que se tornam donos das terras. Essas plantações são erroneamente chamadas de “florestas plantadas” pelo governo, sendo, portanto,

elegíveis dentro de seu plano de “reflorestamento”. O setor de plantações de monoculturas de árvores é um setor estratégico para o país, e o governo busca de forma incessante promover sua expansão, inclusive com árvores geneticamente manipuladas.

Nos artigos deste boletim, abordamos a forma como as políticas que surgem das negociações sobre o clima implicam, na verdade, violações de direitos. Um dos artigos trata da relação entre REDD+ e direitos, focando na fragilidade da aplicação, na prática, do princípio do Consentimento Prévio, Livre e Informado na República Democrática de Congo. Outro artigo, com um viés de direitos humanos, vem da Tailândia e aborda o tema das lutas populares contra as hidrelétricas e seus graves impactos e lutas, deixando evidente também a falácia da ideia de promovê-las como uma suposta fonte de energia limpa. Por fim, há artigos sobre lutas de dois povos indígenas: do povo Bribri, na Costa Rica, contra um projeto de REDD+ no seu território, e do povo Pataxó, contra as plantações de eucaliptos da Stora Ensa e da Fibria, em seu território. A Rede Ambiental Indígena (IEN) relata os efeitos das atividades extrativas sobre os povos indígenas no Norte, realizadas por empresa que compram créditos de carbono de projetos no Sul. Boa Leitura!

- (1) <http://www.redd-monitor.org/2015/12/15/cop21-paris-redd-and-carbon-markets/>
- (2) <http://www.wri.org/news/2015/12/release-african-countries-launch-afr100-restore-100-million-hectares-land>
- (3) <http://www.redd-monitor.org/2015/11/27/the-swedish-energy-agency-has-frozen-carbon-credits-purchases-from-norwegian-plantation-firm-green-resources/>

O ACORDO DE PARIS: AGRAVANDO A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS E DOS TERRITÓRIOS DOS POVOS

Bribris: um povo nunca conquistado que enfrenta o REDD

Ciclos contínuos de rebeliões e resistência têm feito parte da história de um povo que vive no Caribe Sul da Costa Rica. A cada 50 anos, acontece todo tipo de ações que têm livrado o povo de Bribri de perder o que o define como tal: a terra. Incêndios de igrejas, resistência à monocultura da banana, e lutas contra barragens, empresas de petróleo e mineração teceram a história desse povo. Desta vez, seu oponente não é muito diferente dos anteriores e por isso tem sido enfrentado.

A Costa Rica é um dos países que, na Conferência das Nações Unidas sobre a mudança climática, apresenta-se com o discurso da “Economia Verde” e se projeta como uma plataforma de experimentação dos vários mecanismos que promovem a mercantilização da natureza fomentados na ONU. O REDD+ é um desses mecanismos. Contudo, no plano nacional, manifestam-se contradições e oposição por parte dos povos indígenas à imposição do REDD+ em seus territórios. O governo, por sua vez, não foi capaz de respeitar o direito à autodeterminação dos territórios indígenas.

Prova disso é que, em 15 de outubro de 2015, mais de 250 membros de 24 territórios indígenas estavam presentes em San José, capital da Costa Rica, para ser atendidos pelo presidente do país, Luis Guillermo Solís. Em uníssono, os povos bribri, terrabas, ngobes e cabecares manifestaram sua rejeição ao REDD+ em seus territórios ou em qualquer lugar do país.

Essa mobilização não foi a primeira. Já são mais de cinco anos realizando oficinas, encontros, reuniões e entrevistas coletivas nos quais o povo Bribri destacou especificamente os impactos de vários projetos que mercantilizam a natureza, incluindo a estratégia de REDD, que sucessivos governos têm tentado impor desde 2008. Sua principal reivindicação questiona a legitimidade desses projetos ditados a partir de organismos internacionais, que entram em contradição direta com os costumes regidos por sua cosmovisão, sobretudo o que tem a ver com o cuidado e o respeito pela natureza.

De acordo com as histórias desse povo, a floresta é sagrada, onde Sibù (principal ente espiritual bribri) criou o universo e, com ele, o milho, que é a origem do povo bribri. Seu centro é o Cerro Namaso, um lugar sagrado e muito importante, juntamente com toda a floresta, que cobre grande parte de seu território indígena. No Ûsure (casa cônica tradicional), esse universo é representado: o céu, as estrelas, a superfície da Terra e o subsolo. Tudo isso é criação de Sibù, e os bribris são responsáveis por sua segurança.

Para sua cultura, assim como para outros povos indígenas do mundo, as florestas são de suma importância; tudo dentro delas é considerado sagrado e, portanto, respeitado e cuidado. Caça-se apenas o necessário para a subsistência e com métodos tradicionais. Da floresta, usa-se apenas o essencial, e não há visão de comercialização. Não se envenena a terra, o ar nem a água.

Por outro lado, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), assinada pela Costa Rica, diz que deve haver consultas aos povos indígenas sempre que estejam previstas medidas legislativas ou administrativas que possam afetá-los diretamente. Elas devem ocorrer de maneira informada, prévia e livre, e mediante procedimentos apropriados e de boa fé. Isso também é sustentado pela Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

O processo de desenvolvimento da estratégia de REDD na Costa Rica começou no final de 2008, com apoio do Fundo Cooperativo de Carbono para as Florestas (FCPF, na sigla em inglês) do Banco Mundial, e desde a sua criação, tem negligenciado os direitos dos povos indígenas em nível nacional.

Recapitulando, compreende-se a história da imposição:

- Em 2009, a estratégia de REDD+ é construída em cumplicidade com supostos representantes dos povos indígenas, que não haviam sido escolhidos por eleição popular nem por meio de seus usos e costumes. Esses representantes impostos nunca informaram suas comunidades sobre o que estava sendo negociado.
- Em 2012, foi elaborado um plano de consulta indígena com supostos líderes nomeados pelo próprio governo nacional, e não pelo povo indígena.
- Em 2013, por meio de Decreto Executivo, definiu-se um comitê diretivo de REDD+ e uma secretaria executiva de REDD+. Este último tem um único membro indígena, representando todos os povos indígenas do país (oito no total,

distribuídos em 24 territórios). Mais uma vez, sem haver existido uma ampla participação para essa nomeação.

- Em setembro de 2015, o governo apresentou o programa de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) Indígena no marco da “pré-consulta”, que foi considerado também como processo de preparação para o REDD+. Mais uma vez, a história se repete: esses acordos foram elaborados sem que os povos soubessem onde surgiram, quem participou deles e como foram construídos.

A agência responsável pela implementação da estratégia de REDD em nível nacional é o Fundo Nacional de Financiamento Florestal (FONAFIFO), que prevê fazê-lo entre 2016 e 2020. Está previsto um processo de consulta aos povos indígenas que deveria ter sido feito antes do atual processo de implementação. Conseqüentemente, há uma grande lacuna de informações. Várias perguntas surgem das comunidades: Como e para que nasce? Como funciona? Quais seriam seus benefícios e conseqüências?

Durante mais de 530 anos de dominação, a mesma história tem se repetido. Tentando apagar seu idioma, tão importante para manter a cultura, e impondo sistemas de educação que não são os seus, governos alheios a suas autoridades tradicionais e leis que têm pouco ou nada a ver com as suas formas de governo. É assim que brotam megaprojetos que destroem a floresta e poluem os rios. Eles constroem estradas, linhas de força que cruzam territórios indígenas e invadem constantemente suas terras, apenas para despojá-los delas. O REDD não é diferente de qualquer instrumento de colonização, mas representa mais uma reviravolta do capitalismo.

Tal como está concebido, o REDD+ proíbe o uso das florestas e, assim, de todos os outros “recursos” existentes. Disso sabem os que marcharam no último 15 de outubro diante da Casa Presidencial: “O REDD desrespeita a nossa cosmovisão ao colocar um preço e mercantilizar nossas florestas, nossos locais sagrados, rios e todos os seres que os habitam... Exigimos que seja respeitado o nosso modo de cuidar, que vai além de projetos inventados de fora, os quais acabam por dividir nossos tecidos comunitários ancestrais, que permitiram às montanhas estar como estão hoje. Nós, os povos, dizemos: não podem vender o ar, a água, o ouro, a montanha ... se tiramos o sangue da floresta, ela morre”. (1)

Apesar das reivindicações dos povos indígenas para que se detenha o avanço da implementação da estratégia de REDD, a resposta surda do governo na reunião na Casa Presidencial foi: “O REDD avançará, porque sim”. Nesse sentido, os índios disseram que deve ser aberto um processo real de diálogo em que se forneçam informações completas e transparentes a toda a população dos territórios sobre a finalidade dessa estratégia e se priorize uma agenda indígena que busque a autonomia sobre a terra, a alimentação e a cultura”.

Nessa mesma tarde de 15 de outubro, esses povos indígenas reafirmaram sua convicção de continuar construindo sua autonomia, sem pedir permissão para existir, mas sem continuar denunciando os verdadeiros culpados da crise climática: os governos e as empresas. Essa é uma das formas de cuidar da floresta e de sua comunidade, e de avançar para uma verdadeira soberania territorial.

Mariana Porras, mariana@coecoceiba.org
Henry Picado, henry@redbiodiversidadcr.info

(1) manifesto entregue no Palácio Presidencial contra o REDD. Outubro de 2015

Da perda de peixes à mudança climática: Observação do recente movimento contra as barragens na região do Mekong

“As barragens construídas no Mekong e em outros rios da região resultaram em graves mudanças nos ecossistemas do rio, colocando em perigo a vida, os meios de subsistência e a economia de toda a região. Povos indígenas, mulheres e crianças são os mais afetados por essas mudanças. As barragens também agravaram os impactos das mudanças climáticas que já estamos enfrentando”.

“Temos testemunhado e vivenciado a destruição causada pelas barragens. Para nós, que vivemos junto ao rio e vivenciamos cada mudança nos sistemas hídricos, não resta dúvida de que essas barragens têm graves impactos negativos para as gerações presentes e futuras, e não devem ser construídas.”

“Governos do Mekong: ouçam o povo!”

Declaração da população local sobre as barragens na região do Mekong, 25 de setembro de 2015

A declaração acima, escrita por representantes das comunidades locais de Camboja, Tailândia e Vietnã, foi endossada por mais de 8.200 pessoas, principalmente das comunidades locais situadas ao longo do rio Mekong e do (Grande lago) Tonle Sap, no Camboja, e no Delta do Mekong, no Vietnã.

A declaração foi lida publicamente em 11 de novembro de 2015, durante o Fórum Público Regional chamado **“Vozes dos povos do Mekong: a mensagem aos Governos do Mekong sobre as barragens no rio”**. O Fórum foi realizado na universidade An Giang, do Delta do Mekong, no Vietnã, e foi promovido por representantes das comunidades locais dos três países e suas alianças de ONGs. Na parte final do Fórum, Huynh Thi Kim Duyen, representante da província de Ga Mau, do delta do Mekong no Vietnã, levantou-se para sua declaração final: *“O povo local vietnamita gostaria de pedir que Don Sahong Dam fosse interrompida”*. Essa declaração oral pública solicitando a interrupção da barragem foi realmente algo novo que se ouviu a partir do Vietnã. Igualmente ativo no Fórum foi o representante do lago Tonle Sap, no Camboja. Sam At, pescador do lago, deixa clara sua opinião: *“O Camboja terá que suportar os impactos mais graves das barragens do Mekong sobre os estoques de peixe, principalmente da barragem de Don Sahong. Queremos saber por que a barragem de Don Sahong e outras continuam avançando, e por que nenhum dos governos nos ouve”*.

Em quase três décadas de campanha contra as barragens por parte da sociedade civil e dos habitantes do Mekong, um dos maiores obstáculos para que muitas ONGs e, principalmente, comunidades locais participem da campanha tem sido a relação política paralisante entre as pessoas e seu próprio governo. A falta de democracia dentro do regime socialista no Vietnã e no Laos sempre afetou diretamente o espaço para que organizações da sociedade civil (OSCs) e moradores locais influenciassem as questões relacionadas a planejamento de energia e hidrelétricas. Tailândia e Camboja, mesmo

com espaços mais democráticos, em princípio, mas liderados por governos pró-empresas e com poder centralizado, têm tido resultados semelhantes: nenhum acesso à informação e até mesmo riscos à vida das organizações da sociedade civil e das populações locais que participam do movimento.

No entanto, a atual situação das hidrelétricas tem fortalecido o movimento do povo local e vai além dos obstáculos dos Governos do Mekong e outros grupos influentes da região. Os obstáculos políticos estão sendo contestados pela população local, que pede um diálogo direto entre governos e povos do Mekong sobre os impactos insuportáveis de projetos hidrelétricos que as pessoas estão sendo forçadas a sofrer desde que a China iniciou a construção da primeira barragem, Manwan, no alto Mekong, em 1986. A cronologia dos impactos das hidrelétricas sobre a bacia do Mekong continua (a partir das barragens chinesas) até Pak Mun, que foi construída no maior afluente do Mekong na Tailândia e concluída em 1994. Em 1997, o Vietnã construiu a barragem das Cataratas de Yali, no alto Sesan, o maior rio da bacia do Mekong. E, por fim, desde 2012, depois que a China terminou cinco barragens no alto Mekong, o Laos iniciou a construção de uma série delas no baixo Mekong, com a barragem de Xayaburi. Atualmente, o Laos continua a pressionar pela construção da barragem de Don Sahong sem ouvir as vozes de preocupação de toda a região.

As vozes mais fortes na região do Mekong são as das comunidades locais que enfrentam diretamente os problemas. No Camboja, cada vez mais pessoas e comunidades estão enfrentando a grave mudança relacionada à perda de peixes no Mekong, em seus afluentes e ao redor do Grande Lago. Estudos publicados desde 2011 pela Comissão do Rio Mekong e especialistas em peixes apontaram que *“se, em 2030, onze barragens tiverem sido construídas na bacia do baixo Mekong, as perdas globais de peixes previstas estarão entre 550 mil e 880 mil toneladas em comparação com o ano de referência de 2000 (redução de 26-42%). Esta é uma perda de aproximadamente 340.000 toneladas em comparação com a situação em 2030, sem barragens no rio. As estimativas de custo das perdas com produção de peixes vão de 200 milhões a 476 milhões de dólares por ano”*. Além da “nação do peixe”, o Camboja, as comunidades de pesca da região também enfrentam uma realidade cada vez mais desprovida de peixes, incluindo muitas comunidades indígenas cuja subsistência depende quase inteiramente da pesca.

Junto com a pesca perdida, a conclusão de que as barragens na região do Mekong agravaram os atuais impactos das mudanças climáticas, principalmente no Vietnã, tornou-se uma das principais razões para se abrir mais espaço para que os habitantes no Vietnã participem das atuais questões referentes a hidrelétricas. A falta de água doce que vem do Mekong ao delta e a falta de bons sedimentos para a agricultura estão afetando uma área onde são cultivados 70% dos produtos agrícolas do país. Setenta e oito por cento da terra nos 40.000 quilômetros quadrados do delta do Mekong são usados para a produção de arroz, e a maior parte está pouco mais de dois metros acima do nível do mar. O risco de que essa terra desapareça no mar devido às mudanças climáticas, exacerbadas por hidrelétricas a montante, obviamente se tornou uma preocupação para um milhão de pessoas no país, que também estão preocupadas com a água para o consumo no dia a dia.

Para além dos limites do espaço político e da propaganda sobre as hidrelétricas que seus defensores continuam apresentando aos governos do Mekong, há os impactos e o

sofrimento reais do povo do Mekong. Os impactos atuais e previsíveis das grandes hidrelétricas na região têm sido muito claros. Por isso, é impossível convencer a população local de que as grandes hidrelétricas são uma fonte “limpa” de energia. Na mesma linha, a publicidade que apresenta grandes barragens na bacia do Mekong como “sustentáveis” não pode ser levada a sério pela população local quando se observam os graves impactos das atuais barragens sobre suas vidas e economias em escalas local, nacional e regional. A única coisa pela qual vale a pena nutrir esperanças e expectativas é o que as pessoas do Mekong dizem em sua recente declaração: “*É hora de nossos governos ouvirem as nossas vozes e respeitarem os nossos direitos de decidir sobre o futuro de nossos rios e nossas vidas*”.

Premrudee Daoroung, premrudee@sevanasea.org
Projeto SEVANA South-East Asia

As compensações e o comércio de carbono: Uma lógica que viola direitos indígenas e humanos

Para a maioria das pessoas no Norte Global, pouca atenção foi dada aos detalhes do acordo assinado recentemente, durante as negociações climáticas da ONU em Paris, em dezembro passado, que ficaram sem ser mencionados no noticiário nacional nem tiveram destaque nas redes sociais. Grande parte dos que vêm prestando atenção e tentando apontar as incongruências dos detalhes no Acordo de Paris e a longa história dessas negociações, começando com o Protocolo de Quioto, são das comunidades indígenas e de linha de frente – aquelas cercadas por extração de petróleo e gás, transporte e fabricação de produtos químicos mortíferos e derivados de petróleo, e agricultura industrial monocultora.

“Diante da crise climática, os Povos Indígenas estão na linha de frente dos impactos da mudança climática e das batalhas para manter os combustíveis fósseis no solo. Tal como está, o Acordo de Paris prejudica a soberania dos Povos Indígenas em nível global e promove falsas soluções para a crise climática”.

Rede Ambiental Indígena (1)

Na realidade, o conteúdo do acordo de Paris é baseado em um modelo puramente capitalista que elimina direitos indígenas e humanos. Essa omissão flagrante parece absolver preventivamente eventuais violações que possam ocorrer quando empresas e governos designam terras indígenas e tradicionais para ser sumidouros e compensações de carbono – um ilusionismo em que as emissões, em sua fonte no Norte global, são “compensadas” no Sul por coisas como a mercantilização das florestas e mais extração.

Inundações, secas e doenças generalizadas – agrícolas e transmitidas por animais – estão se tornando mais graves, limitando recursos de subsistência e ameaçando a segurança alimentar. No Norte Global, povoados inteiros ao longo das regiões costeiras estão perdendo massa de terra para o aumento do nível do mar – terras que eles habitam há incontáveis gerações e que têm grande importância cultural e espiritual, pondo em dúvida sua sobrevivência futura como raça única.

“Desde 1932, o sul da Louisiana [Estados Unidos] perdeu mais de 3.000 quilômetros quadrados. Dizem que um acre de nossas costas é perdido a cada hora. Estamos passando por furacões e tempestades tropicais mais violentos e frequentes, e maiores elevações da água. O furacão Katrina não foi o primeiro. Tivemos várias tempestades desde então, e sabemos que haverá mais ... O nível do mar está subindo e os mais de 17.000 km de canais de petróleo e gás perfurados pela indústria para extrair recursos naturais têm deixado nossas zonas úmidas em um estado de perda irreparável. As águas doces já não inundam regularmente o nosso território, e a água salgada chega a nossas costas, matando a biodiversidade e forçando comunidades costeiras a migrar para áreas mais elevadas. Eles dizem que as comunidades terão que ser sacrificadas, e aquelas que estão nas extremidades da estrada onde os hounmas costumavam encontrar refúgio estão agora se transformando em águas abertas”.

Monique M. Verdin, Paris 2015, da nação indígena houma, Louisiana (2)

Outra omissão flagrante no acordo de Paris são orientações para reduzir a extração de combustíveis fósseis. Em vez disso, esquemas de “economia verde”, como os programas de REDD+ (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação florestal) da ONU e do Banco Mundial, fornecerão os mecanismos financeiros para as nações industrializadas justificarem a expansão dos regimes de combustíveis fósseis.

Comunidades indígenas e de linha de frente, onde se concentram a indústria e a extração de combustíveis fósseis, estão ameaçadas pela poluição que continua a fluir ao próprio ar que elas respiram e à água que bebem. As polêmicas areias betuminosas do Canadá, um enorme projeto de extração de petróleo no norte de Alberta, a perfuração na plataforma continental exterior do Alasca, e o fraturamento hidráulico em Dakota do Norte são apenas três exemplos que irão impactar desproporcionalmente os Povos Indígenas do Norte.

“Nós, o povo dene do Norte e no Ártico, já sentimos uma mudança de dois graus e impactos reais da mudança climática. Também estamos a jusante do maior projeto industrial do planeta, o Alberta Tar Sands, que está agravando os impactos das mudanças climáticas por meio da contaminação e da degradação das terras das quais dependemos. Precisamos de mais do que compromissos escritos ou verbais; precisamos de ação real e imediata sobre o clima, e isso significa que não podemos expandir as areias betuminosas e temos que manter os combustíveis fósseis no chão”.

Daniel T’Seelie, membro da comunidade dene (3).

Além disso, com essa omissão, o acordo de Paris dará continuidade à privatização e à venda de terras dos povos indígenas do Sul Global com o propósito expresso de esconder ou mascarar a poluição a partir da fonte. Para as florestas tropicais, o REDD+ significa que as economias mais poderosas do mundo em breve começarão a gerar incentivos importantes em mercados financeiros mundiais já inchados e instáveis, para “investir” em terras florestadas.

A Lei de Soluções para o Aquecimento Global AB32, do estado norte-americano da Califórnia (4), e o REDD+ são mecanismos que designam grandes áreas de florestas para sumidouros ou compensações de carbono, com pouco ou nenhum Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI), conforme define a Declaração das Nações Unidas

sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Assim, comunidades inteiras no Sul e no Norte globais estão sujeitas a perder seus direitos de posse da terra e, em muitos casos, são despejadas de suas casas por ações militares ou policiais. (5)

Os povos indígenas têm sobrevivido durante milênios por seguir as Leis Naturais, que são verdades ou princípios abrangentes e imutáveis, inerentes ao mundo natural. Esses princípios determinam como os recursos são usados e protegidos de forma a manter as qualidades regenerativas da biodiversidade e garantir que todos os elementos da vida neste mundo sejam capazes de coexistir e prosperar. Para os povos das florestas, entende-se que essa biodiversidade deve ser respeitada e cuidada, pois as florestas também são os pulmões da Mãe Terra.

Os povos Indígenas são pessoas da terra e das águas, e estamos enfrentando muitos desafios, como mudanças extremas no clima, eventos climáticos extremos, desenvolvimento extremo de energia e o impulso continuado à globalização econômica e à continuação das formas ocidentais de desenvolvimento. O desenvolvimento de combustíveis fósseis dentro de territórios, terras, águas e mares dos Povos Indígenas está aumentando. Tudo como sempre foi. As indústrias petrolíferas e extrativas, com a ajuda dos governos, estão expandindo a exploração para encontrar mais combustíveis fósseis e reforçar sua dependência energética e seus elevados níveis de consumo. Casey Camp-Horinek, Ponca, Oklahoma, EUA (6)

O financiamento, se houver, deve vir na forma de penalidades a ser pagas na fonte, e não de um mercado onde alguns escolhidos lucram. Os povos indígenas e as comunidades tradicionais de linha de frente devem estar livres de estradas, plantações monocultoras, extração de minerais e combustíveis fósseis, e outros megaprojetos.

“A transformação na forma de proteger as terras e territórios em que vivemos, brincamos e amamos só será influente se reconhecermos de onde deve vir a mudança, para acabar com projetos de profanação da terra e com a violência ambiental. Ela virá dos guardiões primeiros da terra, encontrando soluções comunitárias para acabar com a ganância, a corrupção e o pensamento colonial. Virá de práticas baseadas na terra – a única maneira em que podemos ter uma relação com a terra. Virá de ouvir as palavras ditas pelos velhos, e nunca mais negligenciar nossos verdadeiros papéis, nunca mais romper a santidade e as orações de gerações anteriores. Precisamos ser fiéis às orações daqueles que vieram antes de nós e, mais uma vez, não procurar soluções indígenas em reuniões coloniais”.

Andrea Landry, Pays Plat First Nation, Canadá (7)

BJ McManama, bjmcmanama@gmail.com

Rede Ambiental Indígena [Indigenous Environmental Network],

<http://www.ienearth.org/>

(1) A Indigenous Environmental Network é uma aliança de povos indígenas de base, cuja missão é proteger a santidade da Mãe Terra, <http://www.ienearth.org/>

(2) “5000 miles from Grand Bois. Red Road to Paris”, Monique Michelle Verdin, <http://indigenusrising.org/5000-miles-from-grand-bois-red-road-to-paris/>

<http://indigenusrising.org/indigenous-environmental-network-cop21-delegation-responds-to-announcement-of-canadas-support-of-1-5-climate-target/>

(4) *California's AB32 Global Warming Solutions Act:*

<http://www.arb.ca.gov/cc/ab32/ab32.htm>

(5) “Newest Scam on Fringe of Climate Change Involves Land-Grabs in Peruvian Rainforest” <http://indiancountrytodaymedianetwork.com/2012/03/08/newest-scam-fringe-climate-change-involves-land-grabs-peruvian-rainforest-101867>

(6) *Apresentação de Indigenous Environmental Network and Indigenous Peoples of Mother Earth and our Grandmothers – and Future Generations,*

<http://therightsofnature.org/casey-camp-horinek-opening-expert/>

(7) “COP21 Will Not Save our Lands and Territories”, *Andrea Landry,*

<http://indigenusrising.org/cop21-will-not-save-our-lands-and-territories/>

Brasil: A empresa de monocultivos de eucalipto Veracel Celulose tenta expulsar indígenas Pataxó do seu Território

Os Pataxós da aldeia Nova Esperança, município de Itamarajú, localizado no extremo sul da bahia da Bahia, são ameaçadas de expulsão. A área faz parte do território de Barra Velha de 52.100 hectares, já reconhecida pelo Estado brasileiro como área que pertence por direito aos Pataxós. Mas o governo brasileiro não expede a portaria declaratória, ato que pode resolver a situação de violências constantes contra os habitantes da aldeia Nova Esperança e contra os cerca de 7 mil Pataxós em geral que habitam este território. Os Pataxós da aldeia Nova Esperança denunciam a morosidade do governo brasileiro e também os impactos da Veracel Celulose, propriedade da transnacional sueco-finlandesa Stora Enso (50%) e da Fibria (50%). Enquanto isso, os Pataxós da aldeia Nova Esperança lutam contra as tentativas da Veracel Celulose que quer expulsar eles da sua aldeia. Lá buscam sobreviver em apenas 20 hectares, cercada pelos eucaliptos da Veracel.

Impressionados pelas belezas naturais e pelas potencialidades abundantes de uma economia integrada colonial, os colonizadores portugueses deram início ao processo de conquista e colonização nesta região, há muito tempo conhecida por extremo sul da Bahia. A grande floresta tropical, que se espalhava por toda a região, com vastos manguezais e mussurunga, durante dois séculos deu suporte a principal atividade econômica baseada na exploração da madeira para construção naval e civil especialmente. A paisagem geográfica, deveras complexa por surpreender a continuidade de planície com altos e exuberantes relevos que surgem a pelo menos 5 léguas do litoral foram considerados entraves para expansão da ocupação, por terem altura que vai de 200 a 900 metros acima do nível do mar e servia de refúgio para indígenas que não estavam aliados. Há narrativas como do príncipe austríaco, Maximiliano de Nied-Nieuwied, que cruzou a região em 1816 para ilustrar a beleza da paisagem, suas características e as estratégias dos indígenas de refugiarem-se nas florestas abundantes da região, como os Pataxós (1).

Esse povo, como muitos outros no Brasil, sofrem a expropriação desde a colonização, mas ainda um grande número dos Pataxós que vivem no extremo sul do estado da Bahia, encontram-se na região de Monte Pascoal. Depois de muitas lutas, conseguiram a demarcação em 01 de setembro de 1991, através da portaria de nº 1.393, de um território de 8.628 hectares, chamada de Barra Velha do Monte Pascoal. Mas os Pataxós

que vivem dentro e no entorno deste território reivindicam a revisão dos limites para 52.100 hectares. O Estado brasileiro já reconheceu em 2008 que o território de 52.100 hectares é tradicionalmente ocupado pelos Pataxós e fundamental para sua sobrevivência física e cultural. Sendo que cerca de 24 mil dos 52.100 hectares fazem parte de uma Unidade de Conservação, o próprio parque Monte Pascoal deste povo. O reconhecimento se baseia na publicação no Diário Oficial da União do relatório de delimitação que fundamenta os novos limites da território. Mesmo assim, o Ministério da Justiça não expediu a portaria declaratória, alegando a existência de 6 mandatos de segurança – ações judiciais – de fazendeiros e governos municipais na região, como a Prefeitura Municipal de Porto Seguro e Prado, contrárias à demarcação, e com isso perpetuam as violências.

Além dos fazendeiros, a empresa de produção de celulose da madeira de eucalipto Veracel Celulose é a outra principal invasora do território indígena. No caso da aldeia de Nova Esperança, área retomada em março de 2013 pelos Pataxó dentro da área já delimitada de Barra Velha de 52.100 hectares, a empresa Veracel Celulose entrou na justiça para tentar expulsar os Pataxó desta mesma área. O primeiro juiz que tratou do processo 0002592-59.2013.4.01.3310, decidiu manter os Pataxó na área considerando o fato que ela já é uma área delimitada pelo Estado brasileiro, portanto preferia dar a manutenção de posse para os Pataxó até o governo brasileiro expedir portaria declaratória. Mas um novo juiz que assumiu recentemente ameaça rever a decisão do juiz anterior e expulsar as 35 famílias Pataxós que lá vivem, cerca de 160 pessoas de todas as idades.

Desde 2013, os Pataxó de Nova Esperança buscam sobreviver numa área de apenas 20 hectares cercada pelas plantações de eucaliptos da Veracel. No lugar onde tinha eucalipto, os Pataxó plantam agora alimentos como mandioca e abacaxi para o sustento das famílias. Mas eles sofrem diariamente os impactos do plantio de eucalipto da Veracel. Sobre isso, afirmam que vivem o terror em relação à água. Uma seca prolongada aprofundou os impactos já devastadores da monocultura em larga escala do eucalipto sobre a água. Mostram um lugar onde a proximidade do eucalipto dos nascentes destruiu os mesmos e forçou os Pataxó cavar um poço de água para garantir minimamente o abastecimento das famílias.

Outro impacto grave é a aplicação dos agrotóxicos pela Veracel. Eles denunciam que ultimamente a Veracel tem realizada aplicações de avião aparentemente buscando combater uma lagarta que ataca a monocultura do eucalipto. As aplicações aéreas afetam também as famílias Pataxó que vivem praticamente dentro do eucalipto. Os moradores reclamam que não foram avisados sobre estas aplicações e não têm conhecimento dos produtos aplicados. O que eles sabem é que os produtos causaram diversas doenças, principalmente nas crianças, como coceiras e problemas respiratórios. Denunciam ainda que a empresa só tem trazido desgraça e que as promessas feitas por ela são um mito. Comparam a Veracel com o Álvares Cabral, o primeiro Português a entrar no Brasil e iniciar a era da dominação colonial. Fazem a comparação porque dizem que o Cabral tinha o mesmo objetivo que a Veracel hoje: a expulsão dos povos indígenas dos seus territórios.

O sonho dos Pataxó de Nova Esperança é ter uma vida digna o que significa conquistar o território para poder viver bem dentro dele, para ver os filhos e netos nascerem e para poder viver em paz. “A população está crescendo e nossa área é pequena para alimentar

os descendentes com dignidade e saúde. Não podemos suportar nova invasão para destruir nossa terra, nosso povo!” Ressalta uma das lideranças.

A Veracel é uma empresa certificada pelo FSC (Conselho de Manejo Florestal) e a empresa afirma na sua página na internet que “conhece, respeita e contribui para as causas indígenas” (2). A certificação FSC já foi denunciada inúmeras vezes, mas as queixas graves contra a Veracel nunca resultou na de-certificação da empresa (3), mostrando como a FSC e seus membros (empresas, ONGs e outras organizações da sociedade civil) acabam sendo coniventes com a situação quanto não tomam providências após de tantas denúncias ao longo do tempo.

Ivonete Gonçalves de Souza, ivonetecepedes@gmail.com, CEPEDES
Domingos Andrade, cimiextremosuldabahia@gmail.com, CIMI

- (1) Cancela, F (2012), “De projeto a processo colonial: ‘índios, colonos e autoridades régias na colonização reformista da antiga capitania de Porto Seguro (1763-1808)” Salvador, p. 36-38
- (2) <http://www.veracel.com.br/relacionamento-com-a-comunidade/comunidades-indigenas/>
- (3) <http://wrm.org.uy/pt/?s=veracel>

ABORDAGEM DE CASO: O REDD NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

Projeto Floresta Tropical da Bacia do Congo: comunidades estão desconfiadas da “Revolução da Conservação”

O projeto de REDD Mai N’dombe, na República Democrática do Congo, apresenta regularmente material promocional sobre o REDD+. Criado por uma empresa canadense e agora administrado pela Wildlife Works, com sede na Califórnia, o projeto vende créditos de carbono com base na alegação de que, sem isso, as florestas da área teriam sido dizimadas pela atividade madeireira industrial. Os benefícios para as comunidades locais são um dos eixos do material de divulgação do projeto. Sabe-se que grande parte das terras na região está sob posse consuetudinária das comunidades locais, e há dúvidas sobre se as comunidades na área consideram o projeto tão benéfico quanto sugerem as descrições no material de divulgação.

O projeto de REDD Mai N’dombe, na República Democrática do Congo (RDC), apresenta regularmente material promocional sobre o [REDD+](#). Também chamado, por vezes, de “Projeto da Floresta Tropical da Bacia do Congo, ele cobre cerca 300.000 hectares de terras florestadas, em várias centenas de quilômetros ao nordeste da capital da RDC, Kinshasa. O projeto foi criado pela empresa canadense ERA *Ecosystem Restoration Associates Inc.* (hoje *Offsetters Climate Solutions*, a qual, em 2015, tornou-se *NatureBank Asset Management Inc.*). Em 2011, a ERA adquiriu uma concessão de conservação florestal do governo da RDC. Dois anos mais tarde, vendeu a ERA-Congo, empresa criada para gerenciar o projeto de REDD na RDC, a uma empresa com sede na Califórnia, chamada *Wildlife Works Carbon (WWC)*, que também administra o projeto

de REDD+ do Corredor de Kasigau, no Quênia ([ver mais informação](#)). O projeto Mai N’ombe REDD, da WWC, não deve ser confundido com a proposta do governo da RDC para transformar toda a recém-criada província de Mai N’ombe, uma área de 12,3 milhões de hectares habitados por cerca de 1,8 milhão de pessoas em um iniciativa-piloto de “REDD jurisdicional”, dentro da Iniciativa de Carbono Florestal do Banco Mundial. (1)

O modelo de negócio do projeto é vender créditos de carbono, que são gerados produzindo relatórios que mostram como as atividades do projeto impediram o desmatamento. A seguir, esses relatórios são confirmados por empresas de auditoria pagas pelo próprio projeto de REDD ([ver 10 coisas que as comunidades devem saber sobre o REDD](#), também disponível em Lingala e Swahili).

Em 2011, a ERA alegou que “a parte do projeto relativa a Gestão Florestal Aprimorada resultará na cessação da atividade madeireira comercial ativa”. (2) Em dezembro de 2012, a empresa de auditoria *Det Norske Veritas* (DNV) aceitou a alegação de que, sem a intervenção da ERA, era iminente o restabelecimento de duas concessões madeireiras canceladas em 2008. Contudo, em 2011, ainda estava em vigor a moratória do governo da RDC sobre a emissão de novas licenças para corte de madeira, que teve início em 2004. Isso põe em dúvida a afirmação da ERA de que sua intervenção impediu a emissão iminente de novas licenças de corte para a área do projeto. A WWC menciona correspondência com ministros como evidência de que as duas concessões madeireiras que foram transformadas em uma concessão de conservação florestal para o projeto de REDD+ teriam sido restabelecidas. No entanto, não houve nenhuma concessão madeireira nova em qualquer lugar do país desde 2011, e restabelecê-las teria violado um decreto presidencial. Sendo assim, a maioria dos créditos de carbono se baseia na alegação de que o restabelecimento de concessões e atividades madeireiras comerciais era iminente em 2011.

Cálculos do projeto definiram as emissões evitadas pelo Mai N’ombe entre 1,5 e 3 milhões de toneladas de CO₂ por ano durante os 30 anos de duração do projeto (para comparar, as emissões anuais da Dinamarca com aviação internacional foram de 2,5 milhões de toneladas em 2013). Outra premissa questionável: uma versão de dezembro de 2015 do chamado “Documento do Programa de Redução de Emissões”, do governo da RDC à Iniciativa de Carbono do Banco Mundial confirma que, de 11 concessões madeireiras industriais na província de Mai N’ombe, apenas duas operam atualmente. Além disso, dados oficiais do governo não mostram produção de madeira entre 2002 e 2006 nas duas concessões de exploração florestal que agora compõem a concessão de conservação da floresta da WWC. Independentemente desse contexto, a DNV confirmou o cumprimento dos padrões do *Verified Carbon Standard* (VCS) e da *Climate, Community and Biodiversity Alliance* (CCBA). A DNV também confirmou que, entre março de 2011 e outubro 2012, o projeto de REDD Mai N’ombe tinha impedido o lançamento de 2.548.715 toneladas de CO₂ – créditos de carbono que agora poderiam ser vendidos com os selos de aprovação da CCBA e do VCS.

Além de passar na avaliação do padrão CCBA, o projeto foi premiado com uma certificação “Nível Ouro”, ou seja, ele fornece mais do que os benefícios necessários para a biodiversidade e adaptação às mudanças climáticas – certamente um bônus para a comercialização dos 2,5 milhões de créditos de carbono. Muitos compradores de créditos de compensação estão cientes do risco à reputação que os créditos de REDD+

podem representar quando surgem conflitos entre o desenvolvedor do projeto e as comunidades. Portanto, as empresas interessadas em créditos de compensação de REDD+ veem a certificação como garantia de qualidade – uma falsa expectativa, considerando-se que muitos projetos de REDD+ certificados causaram ou exacerbaram o conflito. (3)

Pouco depois de o projeto de REDD Mai N’dombe receber a certificação do VCS e da CCBA, seus proprietários anunciaram a primeira venda de créditos de carbono, em janeiro de 2013. Uma empresa alemã, a *Forest Carbon Group*, adquiriu 300.000 créditos do projeto com opções para comprar mais e, por sua vez, oferece os créditos a empresas e indivíduos que queiram compensar suas emissões de gases do efeito estufa. Inicialmente, seus principais clientes eram empresas de energia regionais da Alemanha, que usavam os créditos para oferecer a seus clientes “gás natural neutro para o clima”. (4) O projeto ainda é comercializado na página da *Forest Carbon Group*, sugerindo que, talvez, nem todos os créditos comprados em 2013 tenham sido vendidos. Não se sabe quanto dinheiro foi levantado até hoje por meio da venda de créditos de carbono do projeto de REDD Mai N’dombe, nem quanto as comunidades na área do projeto receberam, mas um relatório de 2015, da organização IIED, observa que, segundo informações dos proprietários do projeto, seus custos operacionais são de cerca de 2,5 milhões de dólares por ano. (5)

Desde 2015, o projeto de REDD Mai N’dombe também vem oferecendo créditos de carbono diretamente a indivíduos, por meio da “*Stand for trees*” (Apoie as Árvores), uma iniciativa apoiada pela agência de desenvolvimento norte-americana USAID. A iniciativa visa aumentar as vendas de créditos de carbono florestais após as compras por empresas não terem evoluído segundo a expectativa. Em dezembro de 2015, o projeto também tentou levantar fundos através de uma plataforma de doação pela internet, tendo recebido 4.720 dólares dos 50.000 esperados. (6) Parece que os créditos de carbono do projeto de REDD Mai N’dombe atualmente à venda ainda fazem parte daqueles emitidos após a auditoria de verificação da DNV, em dezembro de 2012. (2)

Os benefícios para as comunidades locais são um ponto central do material de divulgação do projeto de REDD Mai N’dombe. “A comunidade florestal local, de 50.000 habitantes congolezes, recebe benefícios diretos do projeto”, diz a primeira frase da descrição dos “Impactos do Projeto” na página da *Wildlife Works*. (7) Seis dos 11 slides que compõem a apresentação do projeto destacam os benefícios à comunidade, e o comunicado de imprensa conjunto do VCS e da ERA, anunciando a certificação bem sucedida da WWC e da CCBA em 2012, afirma que “as comunidades locais receberão benefícios diretos do projeto na forma de empregos, escolas, serviços de saúde, melhor segurança alimentar através de técnicas agrícolas melhores e reabilitação de estoques robustos de peixes nativos, capacitação de ONGs locais e Organizações Comunitárias, tudo financiado por meio de uma partilha transparente e equitativa das receitas de carbono”. (8) Ao mesmo tempo, os documentos preparados para empresas de auditoria descrevem o uso da floresta pelas comunidades locais como a maior ameaça à floresta remanescente. Em 2011, a ERA escreveu que a “redução da exploração madeireira ilegal e a redução do desmatamento florestal para agricultura insustentável e obtenção de lenha serão abordadas na parte do projeto referente ao REDD+”. (9) A análise dos dados sobre cobertura arbórea para a área usando a *Global Forest Watch* sugere que o desmatamento no projeto de REDD realmente aumentou em 2011. Não se sabe se isso foi resultado de as pessoas cortarem a floresta para produzir alimentos por prevenção e

por medo de restrições iminentes ou da extração ilegal de madeira dentro da concessão de conservação. Há muitos projetos de REDD+ operando em aldeias, que estabelecem restrições de uso da floresta antes de opções alternativas para os camponeses que dependem dela para produzir a comida que alimenta suas famílias. As informações coletadas durante a visita do WRM à área de Mai N'dombe, em 2014, sugerem que também é o caso do projeto em questão.

Em novembro de 2014, o WRM visitou a área a convite da organização camponesa nacional *Confédération paysanne du Congo*, a COPACO-PRP, membro da *Via Campesina*. As atividades em conjunto na região fez com que o WRM e a COPACO-PRP passaram por comunidades situadas na estrada que corta no meio a concessão do projeto REDD. No entanto, não foi possível entrevistar as pessoas de algumas dessas aldeias em função de altas tensões entre as comunidades nessa parte da concessão de conservação e do projeto de REDD+ combinadas com a hostilidade da equipe do projeto e seus simpatizantes para com WRM, o que ocorreu antes, durante e depois de uma oficina sobre mudanças climáticas e REDD+, realizada na cidade de Inongo (onde também está localizado o escritório do projeto *Wildlife Work*). Porém, conversas em Inongo e na cidade de Nioki, ao sul da concessão, sugerem que os benefícios destacados no material promocional sobre o projeto podem não ser tão claros para todos nas comunidades. Muito provavelmente, a oposição ao projeto permanece forte em muitas aldeias, principalmente na parte interior oeste da concessão. Coincidentemente, em um de seus relatórios de auditoria, a DNV observa que não visitou essa parte da concessão durante sua avaliação para certificação, alegando limitações de tempo. Não há nenhuma indicação de que a DNV tenha procurado informações de organizações locais sobre a visão acerca do projeto na parte da área de concessão não visitada durante sua auditoria de campo.

Direitos feitos para se ajustar ao REDD+, e não REDD+ feito para se ajustar aos direitos

Muitas oficinas foram realizadas e muitos artigos foram escritos sobre a questão do “consentimento livre, prévio e informado (CLPI) em relação ao REDD+, mas a maior parte não trata do principal. Eles não abordam a questão sobre se o REDD+, como mecanismo que vende créditos de carbono justificando a destruição em outro lugar, poderia ter o consentimento livre, prévio e informado de todos aqueles cujo modo de vida é muito afetado pela atividade do projeto: nunca se pergunta se as pessoas que enfrentam destruição continuada dos territórios de que dependem porque uma empresa comprou um crédito de carbono de um projeto de REDD+ em outro lugar concordam com a compensação de carbono, por exemplo.

Nem a ERA nem o WWC compraram o terreno que gera os créditos de carbono de REDD. Em vez disso, a ERA convenceu o governo da RDC a emitir uma concessão de conservação florestal sobre a terra que tinha sido parte de duas concessões madeireiras industriais. Estas haviam sido canceladas, assim como a maioria das outras concessões madeireiras industriais no país, como parte de um processo da Comissão Interministerial, em 2008, que foi criada pelo Banco Mundial para se pronunciar sobre a legalidade ou não de cerca de 150 operações madeireiras industriais do país. (10) Como iniciativa baseada na concessão, o projeto de REDD Mai N'dombe apresenta outro problema em relação ao debate CLPI em REDD+: a lacuna comum entre a forma como

o CLPI é aplicado em iniciativas de REDD+ e como a aplicação do CLPI é retratada no material de divulgação do REDD+.

Segundo o que sabemos, as comunidades na área do projeto não estiveram envolvidas nas negociações sobre a concessão para a conservação florestal à ERA (agora com a WWC). Também não há indicação de que a ERA tenha consultado comunidades na área antes de procurar negociações com o governo para conhecer as visões da comunidade sobre sua proposta. Só depois de ter assinado o Acordo de Direitos de Carbono e os contratos de Concessão Florestal para Conservação com o governo da RDC, respectivamente em março e agosto de 2011, e de ter anunciado que buscará a certificação do padrão CCBA é que a ERA parece ter entrado em contato com as comunidades. Quando isso aconteceu, a grande decisão já havia sido tomada: uma concessão de conservação florestal restringindo o uso da floresta que garante a subsistência de uma grande parte da população local. Assim, não parece ter se buscado o consentimento das comunidades sobre essa decisão, que é a base do projeto de REDD. Esse fato, no entanto, não é claramente indicado nos materiais de relações públicas que destacam os benefícios sociais e o envolvimento das comunidades nas atividades do projeto.

Em vez disso, o Documento do Projeto Mai N’dombe fornece informações ambíguas. A formulação à página 70 sugere que representantes das comunidades opinaram sobre o desenvolvimento ou não do projeto (“De acordo com as exigências do processo de contrato de concessão, liderança locais na área do projeto deram seu consentimento à ERA para que desenvolvesse o projeto de REDD+”). Algumas páginas depois, o documento esclarece que, na verdade, só foi apresentada às comunidades a opção de participar ou não no projeto: “As partes interessadas podem influenciar o desenho do projeto, manifestar queixas e dar ou recusar o seu consentimento prévio, livre e informado à participação nas atividades do projeto”. (11)

Essas formulações geram mais perguntas do que respostas. O que, por exemplo, teria acontecido com uma comunidade que optasse por não “participar” do projeto e continuar usando a floresta como antes? Essa parte da floresta que fazia parte da concessão de conservação, mas também pode ser uma área de uso da terra habitual, foi retirada do inventário de carbono? As comunidades podem continuar usando a floresta como antes? Isso foi explicado como uma opção que as comunidades tinham durante o processo de consulta CLPI? Se isso não era uma opção, por que não o era? (12)

Essas perguntas parecem ainda mais relevantes tendo-se em conta que grande parte das terras na região é de posse consuetudinária das comunidades locais. Portanto, elas podem não reconhecer os limites de uma concessão caso ela se sobreponha à sua terra tradicional. A ONG *Forest Peoples Programme*, com sede no Reino Unido, estima que *pelo menos* entre um terço e metade da concessão de conservação do WWC esteja sobreposta a territórios tradicionais das comunidades locais. A iniciativa “Mapeamento de direitos”, da *Rainforest Foundation UK*, inclusive documentou a extensão da posse consuetudinária em áreas limítrofes e sobrepostas à borda oeste do projeto de REDD Mai N’dombe, do WWC. (13) E há indícios de conflito com relação à assinatura de acordos com o projeto de REDD, aparentemente sem pleno consentimento das aldeias que os chefes tradicionais (dizem que) representam. Em “*Redeeming REDD*”, Michael Brown observa que “em outubro de 2012, circularam por e-mail relatos de conflitos no setor Basengele da área de concessão de conservação [...]. Aparentemente, o chefe

tradicional em Bongo foi baleado e teve sua casa queimada porque teria aceitado a entrega de terras aos estrangeiros sem o consentimento integral da comunidade”. (14) O incidente também foi mencionado em conversas que a equipe do WRM manteve enquanto visitava a região, em novembro de 2014. As pessoas explicaram que ele tinha sido um dos três chefes tradicionais (“*chefs de groupement*”) que assinaram acordos com o projeto, e que os acordos assinados com esses três chefes em nível de clã (*chef de groupement*), e não em nível de aldeia (*chef de terre*), foram citados pelo projeto de REDD como prova do consentimento da comunidade. O incidente mencionado envolveu comunidades na parte da concessão de conservação que a visita do WRM em 2014 considerou hostis. Uma apresentação de setembro 2015 sobre possíveis modelos de compartilhamento de benefícios em caso de a proposta do governo da RDC para o projeto-piloto de “REDD jurisdicional” sob a Iniciativa de Carbono Florestal do Banco Mundial seja aceita observa que as comunidades na área de Basengele continuam a se opor ao projeto de REDD+.

Os relatórios de auditoria da DNV para a certificação da CCBA não mencionam qualquer dessas informações, embora o padrão CCB contenha uma longa definição de CLPI. E a DNV decidiu que o projeto de REDD Mai N’dombe cumpre os requisitos. O padrão CCB define “prévio” como “suficientemente anterior a qualquer autorização ou início de atividades”. Será que as comunidades têm “a opção de negar consentimento” na principal decisão que autoriza o projeto de REDD (a concessão para conservação)? Se não houver essa opção, com a justificativa de que esse procedimento não existe na lei da RDC, por exemplo, isso não deveria ser comunicado claramente, explicando-se para quais decisões se buscou consentimento da comunidade e para quais ele não foi buscado?

A definição de “informado” da CCBA inclui, entre outras coisas, que as comunidades às quais se pede consentimento devem receber “uma avaliação preliminar do potencial impacto econômico, social, cultural e ambiental, incluindo os riscos potenciais e o compartilhamento justo e equitativo dos benefícios em um contexto que respeite o princípio da precaução”. Essas informações deveriam incluir documentos jurídicos e contratos, principalmente se um decreto do Primeiro-Ministro (de maio de 2011) já exige que essa informação seja tornada pública. Isso incluiria, por exemplo, os documentos jurídicos que estabelecem a concessão de conservação florestal Mai N’dombe à ERA (e agora ao WWC). Indivíduos e representantes de autoridades públicas com quem a equipe do WRM conversou durante a visita de novembro 2014 não tinham conhecimento desses documentos. Eles também observaram que o “*Cahier de charge*”, documento que faz parte das disposições legais e descreve as obrigações de um concessionário para com as comunidades da área de concessão, estava disponível “em teoria”, mas não na prática. Uma extensa pesquisa na internet após a visita de campo de 2014 não resultou em qualquer indicação de que esses documentos jurídicos e regulamentares sejam de domínio público ou estejam acessíveis às comunidades na área do projeto de REDD.

Mais um projeto de REDD+ que muito promete e pouco cumpre?

A construção de 19 escolas durante o tempo de duração do projeto, de 30 anos, é um de seus tão anunciados benefícios para as comunidades. Em meados de 2015, com cinco anos de projeto, duas escolas haviam sido concluídas e havia planos para outras duas. Ambas foram construídas próximo à margem do lago, beneficiando comunidades desse

tipo e não as situadas no interior, uma decisão de projeto que pode exacerbar ainda mais a tensão entre as comunidades. Em uma conversa em novembro de 2014, os moradores de Inongo mencionaram que um barco usado para transportar autoridades à inauguração da primeira escola em Lukongo pegara fogo pouco depois do retorno do grupo a Inongo, a cerca de 30 km dali.

Outra promessa do projeto é ensinar sistemas agrícolas mais produtivos aos moradores, incluindo culturas de alto valor, como legumes e grãos, e dar assistência no acesso a mercados para esses produtos. Quando a equipe do WRM visitou a área, em 2014, dizia-se que apenas uma horta de demonstração estava instalada e funcionando, na cidade lacustre de Kesengele, o que é confirmado por um relatório do *Forest Peoples Programme*, publicado no final de 2013. (15)

Na conversa, as pessoas também questionaram a viabilidade econômica das atividades propostas. Elas relataram dificuldades surgidas em tentativas anteriores de cultivar feijão, e disseram que os solos adequados para isso só eram encontrados em uma pequena parte da concessão. Questionados sobre sua opinião acerca da proposta de transportar feijão e cebola a mercados em Kinshasa, sobretudo tendo em conta o estado da infraestrutura (ou melhor, a ausência quase completa dela), a resposta foi constantemente de consternação, por exemplo: “Neste momento, nós transportamos cebolas de Bas Congo para Inongo; por que não trabalhar por mercados locais melhores?” “Com uma distância tão grande para transportar qualquer coisa a Kinshasa e as estradas sendo como são, de que forma os legumes produzidos pelo projeto de REDD poderiam competir com o feijão ou a cebola cultivados em Bas Congo? O acesso lá é muito mais fácil e muito mais próximo de Kinshasa do que de Mai N’dombe”.

E, é claro, o projeto promete gerar “empregos locais diretos”. Não se sabem quantos deles o projeto de REDD Mai N’dombe oferece. As informações sobre o projeto nos documentos são contraditórias. Na página na internet “*Stand for the trees*”, afirma-se que o projeto “emprega diretamente mais de 170 pessoas locais”, enquanto o slide 11 da descrição do projeto na página do WWC afirma que ele emprega apenas 60 pessoas. E, é claro que os números, por si sós, nada dizem sobre as condições de trabalho, se as pessoas têm contratos de curto prazo ou se esses 170/60 pessoas são empregadas do WWC.

Qual “Revolução de Conservação na Floresta Tropical da Bacia do Congo”?

Em uma iniciativa de marketing, o projeto de REDD Mai N’dombe é apresentado como a “Revolução de Conservação na Floresta Tropical da Bacia do Congo”. (6) Considerando as impressões obtidas durante a visita do WRM à região em novembro de 2014 e informações coletadas desde então, essa “revolução” é difícil de entender. Em vez disso, do ponto de vista do impacto do projeto sobre direitos e justiça para as comunidades, o que vemos é mais um projeto de REDD+ no qual as histórias apresentadas em folhetos vistosos e palestras em feiras internacionais e conferências da ONU diferem em muito das realidades na área do projeto. Curiosamente, e em nítido contraste com a maioria dos outros projetos de REDD+ que visitamos ao longo dos anos, vimos apenas uma placa anunciando o projeto de REDD Mai N’dombe durante mais de sete horas de carro na estrada que atravessa a concessão. Essas placas seriam mais comuns nas margens do lago, onde parece estar ocorrendo a maioria das atividades relacionadas à comunidade ligadas ao projeto de REDD?

Em suma, o projeto de REDD Mai N'dombe é outro forte candidato a integrar uma coleção de conflitos, contradições e mentiras do REDD+.

Jutta Kill, jutta@wrm.org.uy

Membro do Secretariado Internacional do WRM

(1) FERN and FPP (2014): *Implement in haste, repent at leisure. A call for rethinking the World Bank's Carbon Fund, based on an analysis of the Democratic Republic of Congo Emissions Reduction - Project Idea Note* (ER-PIN).

<http://www.fern.org/sites/fern.org/files/Implement%20in%20haste.pdf>

Também disponível em francês: <http://www.fern.org/fr/publications/reports/mettre-en-oeuvre-dans%2080%99empressement-pour-le-regretter-longtemps>

(2) DNV (2012): *CCB Verification Report/ Verification Statement. ERA and WILDLIFE WORKS' Mai Ndombe REDD Project in the Democratic Republic of Congo*. Período de verificação: 14 de março de 2011 a 31 de outubro de 2012. RELATÓRIO N. 2012-9749, 6 de dezembro de 2012. DNV Climate Change Services AS (DNV).

www.vcsprojectdatabase.org/services/publicViewServices/downloadDocumentById/11067.

Banco de dados da VCS com informações sobre emissão de créditos:

http://www.vcsprojectdatabase.org/#/vcus/p_934

(3) Para mais informações, consulte o Relatório do WRM REDD: Uma coleção de conflitos, contradições e mentiras, <http://wrm.org.uy/pt/livros-e-relatorios/redd-uma-colecao-de-conflitos-contradicoes-e-mentiras/> e os artigos regulares sobre os conflitos associados a projetos de REDD+ na página do REDD-Monitor.

(4) Certificado “gás natural neutro para o clima”, emitido pela TÜV Rheinland à fornecedora regional de energia Aschaffenburgger VersorgungsGmbH.

<http://www.stwab.de/Energie-Wasser/Oekogas/Rechte-Seite/TUEV-Zertifikat-Klimaneutrales-Erdgas-2014.pdf>

(5) Nhandumbo, I. e Camargo, M. (2015): *REDD+ for profit or for good? Natural Resource Issues*, No. 30. IIED, London.

(6) “*Conservation Revolution in the Congo Basin Rainforest!*”

<https://www.indiegogo.com/projects/conservation-revolution-to-save-congo-rainforest#/story>

(7) Página da Wildlife Works, Projeto de REDD+ Mai Ndombe, RDC.

<http://www.wildlifeworks.com/shopcarbon/>, acessada em 1º de agosto de 2016.

(8) *ERA Carbon Offsets Ltd. and Wildlife Works Carbon LLC Deliver First REDD+ Project in Democratic Republic of Congo*. 19 de dezembro de 2012.

(9) IRW-Press (2011): *ERA Announces Signing of a 17.5 Million Tonne Carbon Offset Agreement With the Democratic Republic of Congo*. 04.04.2011

(10) REDD-Monitor (2011): *Ecosystem Restoration Associates project in DR Congo: plenty of REDD-hot air?* <http://www.redd-monitor.org/2011/08/24/ecosystem-restoration-associates-project-in-dr-congo-plenty-of-redd-hot-air/>

(11) ERA e Wildlife Works (2012). *Mai Ndombe REDD+. Um projeto conjunto do EEI e Wildlife Works. Project Design Document, Validated to the Climate, Community, and Biodiversity Standards* (2ª ed.). 31 de outubro de 2012. Página 72.

<https://s3.amazonaws.com/CCBA/Projects/Mai+Ndombe+REDD+Project/Mai+Ndombe+Final+CCB+PDD.pdf> Acessado em 5 de janeiro de 2016.

(12) Os documentos do projeto dizem que uma área-tampão de 2,5 km de raio em torno das aldeias não está incluída nos inventários de carbono e está disponível para a

produção de alimentos. Esses documentos do projeto não informam se e como essa área-tampão reflete a distribuição das áreas tradicionais de uso que muitas vezes estão muito mais longe de uma aldeia do que 2,5 km; o próprio relatório de projeto já citado, de outubro 2012, observa na página 71 que “as pessoas andam em média, entre 5 e 10 km aos terrenos agrícolas”.

(13) Rainforest Foundation UK (2015): Mapping For Rights 2.3: Mai Ndombe REDD+ programme. <http://blog.mappingforrights.org/?p=1095>

(14) Michael I. Brown (2013): *Redeeming REDD: Policies, Incentives and Social Feasibility for Avoided Deforestation*. Earthscan. Página 141.

(15) Forest Peoples Programme (2013): *Impacts of German private sector involvement for Indigenous Peoples and Local Communities in the Mai-Ndombe REDD+ Project in the Democratic Republic of Congo*. Página 16.

<http://www.forestpeoples.org/sites/fpp/files/publication/2014/04/mai-ndombe-infoefpp-case-studyfinal05022014-3.pdf>

POVOS EM AÇÃO

“The Mauzes”: defendendo territórios e vida

Desde que passou a fazer parte da Indonésia oficialmente, em 1969, até 2005, Papua tinha apenas sete empresas de óleo de dendê (palma). Em 2014, esse número saltou para 21, com mais 20 empresas se preparando para iniciar suas operações. Em meio a conflitos acirrados entre a indústria de óleo de dendê e povos indígenas afetados, o governo central lançou um programa de um milhão de hectares de campos de arroz, conhecido como a *Merauke Integrated Food and Energy Estate* (MIFEE). A ideia é transformar Papua em um centro de exportação e produção de alimentos e energia, voltado à exportação. O que acontecerá com as comunidades tradicionais de Papua, cujas vidas dependem das florestas? “The Mauzes” é um documentário que mostra as lutas das comunidades locais para defender seus territórios e tradições, e as táticas e o assédio usados por empresas e forças de segurança. O vídeo faz parte da série *Ekspedisi Indonesia Biru*, agora disponível com legendas em inglês.

Assista ao vídeo em:

<https://www.youtube.com/watch?v=Pch7efib8qo&feature=youtu.be>

Crianças enfrentam despejos de projetos financiados pelo Banco Mundial

Um artigo da “*Food and Environment Reporting Network*” destaca uma investigação sobre o custo oculto de projetos de desenvolvimento financiados pelo Banco Mundial, mostrando como expulsões, perda de renda familiar e outras dificuldades associadas a barragens, estradas e outros projetos podem ser especialmente prejudiciais aos jovens. O caso de uma criança de nove anos que enfrenta o trauma da expulsão na Indonésia mostra como os despejos forçados podem ter impactos psicológicos duradouros sobre crianças com síndromes pós-traumáticas. Segundo o artigo, os estudos mostram que as crianças cujas famílias foram obrigadas a se mudar também correm maior risco de adoecer, passar fome e perder educação. Apesar das declarações públicas do Banco Mundial sobre o seu trabalho para melhorar a educação ou reduzir a mortalidade infantil, o fato é que o Banco também está aumentando o seu apoio financeiro a represas, plantações de dendezeiros e outras iniciativas de grande porte, que têm mais probabilidades de deslocar um elevado número de pessoas.

Acesse o artigo em inglês em:

http://thefern.org/2015/10/children-left-vulnerable-by-world-bank-amid-push-for-development/?utm_source=People+and+Forests+E-

[News&utm_campaign=91780ed9a5-People_and_Forests_E_News_Oct15&utm_medium=email&utm_term=0_45977cdcf4-91780ed9a5-399259537](http://www.foeeurope.org/News&utm_campaign=91780ed9a5-People_and_Forests_E_News_Oct15&utm_medium=email&utm_term=0_45977cdcf4-91780ed9a5-399259537)

Em chamadas: falhas na promessa da Wilmar de limpar o negócio de óleo de dendê

Um relatório apresentado por grupos de Amigos da Terra mostra como alguns incêndios que afetaram florestas da Indonésia nos últimos meses podem ser atribuídos a empresas que são fornecedoras ou de propriedade da Wilmar International, que estimulou uma forte onda de promessas de sustentabilidade no setor de óleo de dendê, em dezembro de 2013. Apesar de novas evidências de que a empresa viola suas próprias políticas de “não desmatamento”, o relatório mostra como importantes investidores dos Estados Unidos e Europa não deram passos significativos para resolver esses problemas. De acordo com a lei indonésia, as empresas são legalmente responsáveis pelos incêndios.

Acesse a publicação, em inglês, aqui: <https://www.foeeurope.org/up-in-smoke-failures-Wilmar%E2%80%99s-promise-clean-up-palm-oil-business>

RECOMENDADOS

A defesa dos bens comuns: notícias do movimento Nyeli

A Nyeli, uma plataforma para o movimento internacional pela soberania alimentar, lançou uma nova edição do seu boletim de notícias, em dezembro passado. Com foco em “Florestas, Forrageamento e Bens Comuns Públicos”, o periódico reflete sobre a importância de florestas, plantas selvagens e bens comuns para a soberania alimentar das pessoas e das comunidades. Ele também compartilha várias experiências de diferentes partes do mundo. “Proteger e regenerar ambientes naturais diversos e maneiras de comer e viver em harmonia com esses ambientes são elementos essenciais da soberania alimentar. Igualmente importante, são uma forma direta de resistência à mercantilização e à financeirização da natureza, e aos mercados capitalistas”.

Acesse o boletim, em inglês, aqui: <http://www.nyeleni.org/>

Tribunal dos Direitos Internacionais da Natureza oferece soluções para a mudança climática orientadas à Terra, e não ao mercado

O terceiro Tribunal Internacional para os Direitos da Natureza teve lugar em Paris, em paralelo às negociações climáticas da ONU. Baseando seus julgamentos na Declaração Universal dos Direitos da Mãe Terra e nas leis internacionais de direitos humanos, ao mesmo tempo em que reconhece o ecocídio como crime, o Tribunal deu uma direção clara, em cada caso, sobre quem é responsável e o que deve ser feito para reparar os danos e restaurar a saúde e o bem-estar da Terra (e das comunidades). Povos indígenas de todo o mundo cumpriram um papel importante durante os trabalhos do Tribunal, como juízes, peritos e testemunhas. O Tribunal apoiou fortemente a manutenção dos combustíveis fósseis no solo como uma abordagem essencial para evitar mais danos à natureza.

Leia um artigo sobre o Tribunal, em inglês, em: <http://therightsofnature.org/ron-events/tribunal-offers-earth-driven-not-market-driven-solutions-to-climate-change/>

Materiais do WRM em swahili e lingala

A publicação “12 respostas a 12 mentiras sobre as plantações de monoculturas de dendê”, que visa fortalecer as lutas de todos os que estão se opondo às grandes plantações de dendê no Sul global, agora também está disponível em swahili e lingala.

<http://wrm.org.uy/pt/livros-e-relatorios/12-respostas-para-12-mentiras-sobre-plantacoes-de-monoculturas-de-dende/>

Versões em PDF:

Swahili: http://wrm.org.uy/fr/files/2013/06/12_responses_Swahili.pdf

Lingala: http://wrm.org.uy/fr/files/2013/06/12_responses_Lingala.pdf

Além disso, a cartilha “10 alertas sobre o REDD para as comunidades”, que tem como objetivo informar as comunidades sobre os graves problemas que um projeto de REDD costuma causar às pessoas envolvidas, agora também está disponível em swahili e lingala.

<http://wrm.org.uy/pt/livros-e-relatorios/10-alertas-sobre-redd-para-comunidades/>

Versões em PDF:

Swahili: http://wrm.org.uy/fr/files/2012/10/10_Alerts_sur_REDD_Swahili.pdf

Lingala: http://wrm.org.uy/fr/files/2012/10/10_Alerts_sur_REDD_Lingala.pdf

Boletim mensal do Movimento Mundial pelas Florestas (WRM)

Este boletim também está disponível em Inglês, Espanhol e Francês

Editor em chefe: Winfridus Overbeek

Redatora responsável e coordenadora: Joanna Cabello

Apoio editorial: Elizabeth Díaz, Jutta Kill, Flavio Pazos, Teresa Perez

Secretaria Internacional do WRM

Avenida General María Paz 1615 oficina 3. CP 11400

Tel/fax: +598 26056943

wrm@wrm.org.uy - <http://www.wrm.org.uy>